

Presidente
Herbert Victor Levy

Luiz Fernando Ferreira Levy
Paulo Roberto Ferreira Levy
Luiz Fernando Cirne Lima
Roberto de Souza Ayres

GAZETA MERCANTIL

Terça-feira, 27 de agosto de 1991

DIRETORIA

Diretor-Presidente
Luiz Fernando Ferreira Levy

Diretores Vice-Presidentes

Henrique Alves de Araújo
Roberto Müller Filho
Roberto de Souza Ayres

Página 4

Mesmo os mais céticos concordam em que a renegociação do estoque de US\$ 52 bilhões da dívida externa brasileira está muito bem encaminhada junto aos bancos credores. Pesquisa realizada por este jornal na semana passada entre executivos de instituições internacionais, às vésperas da retomada formal das negociações com o Comitê Assessor de Bancos, apurou que o Brasil poderá obter um desconto de mais de 40% no principal da dívida, o que demonstra cabalmente a boa receptividade encontrada pela proposta do governo.

Esse ambiente contrasta nitidamente com o que se criou no ano passado quando foram abertas as negociações com os credores com vistas à suspensão da moratória. Os bancos chegaram naquela ocasião a considerar a proposta brasileira como um "non-starter", não dando espaço ao prosseguimento das negociações. Mesmo assim, elas tiveram sequência, procurando-se aberturas que poderiam levar a um compromisso aceitável tanto para o Brasil quanto para a comunidade financeira internacional. Com paciência e dedicação, concluiu-se um acordo sobre os juros

em atraso, que permitiu romper o impasse. Pode-se dizer, em retrospecto, que os longos meses que decorreram até se chegar a esse entendimento não foram perdidos. Somente a partir de premissas comuns é que as negociações poderiam realmente progredir. Constatou-se que existe agora uma melhor compreensão dos interesses mútuos. A orientação do governo brasileiro continua sendo a de não firmar nenhum acordo que não possa cumprir, o que não exclui o reconhecimento de que as opções oferecidas não poderiam deixar de levar em conta a realidade do mercado. Entendendo essa postura, os credores evoluíram a ponto de admitir formas de composição diferentes das que adotaram com relação às dívidas de outros países.

Sob esse aspecto, é significativo mencionar a declaração do presidente do Comitê Assessor, Robert McCormick, de que a proposta apresentada pelo Brasil "é algo sobre o qual se pode trabalhar", opinião que coincide com

As duas faces do ajuste

a de outros executivos de bancos internacionais. O que lhes parece mais atraente nas propostas brasileiras é a flexibilidade que oferecem aos credores, que podem preferir esta ou aquela alternativa a depender de suas conveniências internas e de seu relacionamento com o Brasil. Trata-se, em suma, de decisões de negócios que eles estão habituados a tomar.

Ainda nesta semana, as negociações devem avançar para um novo estágio, com a resposta oficial do comitê. Uma ou mais contrapropostas podem, evidentemente, surgir, mas a expectativa é de que elas não reflitam uma posição de confronto. Bem ao contrário, a impressão é de que se pode chegar facilmente a um ajuste. A celebração de um acordo definitivo, como se sabe, requer um entendimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI), mas este pode ser mais rápido do que se imagina (talvez antes da assembléia da instituição em Bangcoc, na Tailândia, em

outubro). Não há praticamente divergências hoje entre o programa que o governo se dispõe a implementar e as metas recomendadas pelo FMI. O diagnóstico sobre a situação econômica do País feito pela equipe econômica do governo tem muitos pontos de convergência com o do Fundo, e a medicação receitada não difere em essência, inclusive no que tange às contas públicas.

A iniciativa, porém, está conosco. A resolução do problema da dívida externa não pode ser dissociada da realização de reformas estruturais — tal como propõe o Programa de Saneamento e Ajuste Fiscal, o chamado "emendão" — indispensáveis para a revitalização da Federação brasileira. O governo, como já afirmou o presidente Collor, está disposto a negociar com o Congresso Nacional, acatando sugestões que concorram para dar viabilidade ao programa, mas não aquelas que o desfigurem. O que está em jogo é a retomada do crescimento, que não pode subordinar-se a interesses político-eleitorais mesquinhos. Ou temos a coragem de corrigir já as distorções do passado ou poderemos condenar o País à estagnação.